

Proposta

Intenções de Projeto

Inicialmente, a intenção deste projeto era propor alternativas de lazer para a população de Florianópolis num espaço urbano, pois a cidade apresenta uma grande carência nesse aspecto. Além disso o centro histórico tem seu funcionamento e utilização limitados ao horário comercial (9hs – 19hs), ao passo que poderia ter uma participação mais ativa nas atividades sociais desenvolvidas na cidade.

A proposta pretendia, então, associar estas duas questões problemáticas, tendo como diretriz principal a mudança de uso de edificações da área.

Ocorre, porém, que durante o desenvolvimento do trabalho outras questões foram levantadas e acabaram por determinar mudanças no encaminhamento deste.

Quando se deu início a concepção do projeto propriamente dito (desenvolvimento da proposta geral para área e escolha das edificações para detalhamento da mudança de usos), sentiu-se uma grande dificuldade em vislumbrar como tais mudanças se processariam, pois havia uma necessidade de aproximar o objeto de estudo às práticas que geralmente são adotadas nestes casos.

Salienta-se novamente que, ao contrário do que ocorre nos centros históricos de muitas cidades brasileiras, o centro histórico de Florianópolis não passou por um processo de esvaziamento e encontra-se densamente ocupado. Daí a dificuldade em visualizar o processo de transformação da área analisada.

Revitalização Urbana

Revitalização urbana trata de um conceito originado como reação aos paradigmas da renovação urbana (surgida na década de 30 estendendo-se até meados da década de 70, marcada pela filosofia do "arrasa-quarteirão" e negação da cidade existente). Tem por objetivo intervir, sem necessariamente destruir, valorizando o patrimônio cultural e mantendo a escala humana nas intervenções.

Em função da necessidade de se compreender o processo da revitalização e mudança de caráter de uma área urbana, iniciou-se uma pesquisa sobre o assunto, concentrando, principalmente na questão do "COMO FAZER".

A partir daí verificou-se que existem alguns pontos comuns aos casos de revitalização e que, segundo os autores, são de fundamental importância para o desencadeamento e êxito deste processo.

1. **Elaboração de um Plano de Gestão** para área na qual se quer alcançar as transformações.

2. **A informação** (arquivos, bancos de dados, cadastros, inventários) como instrumento fundamental de gestão.

3. A existência de uma **base legal** (leis) e um sistema de financiamento apropriado ao contexto

4. O programa de gestão da área a ser revitalizada deve contar com a **participação** dos diversos atores envolvidos (Estado, empresários, população).

Concluiu-se, portanto, que a transformação de caráter da área de intervenção pretendida pelo trabalho não seria decorrente apenas da mudança de uso de algumas edificações. A mudança de usos das edificações representa apenas uma parcela de todo um processo que envolve transformações na estrutura de uma parte do tecido urbano. Pode-se dizer, então, que a mudança de usos seria uma decorrência de ações anteriores contidas num plano de gestão e, que, isoladamente a mesma não garantiria o sucesso da revitalização de uma área urbana.



Antiga Alfândega



Mercado Público



Igreja São Francisco



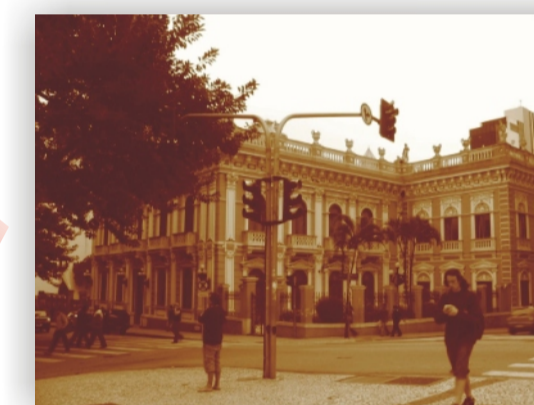
Rua Vidal Ramos



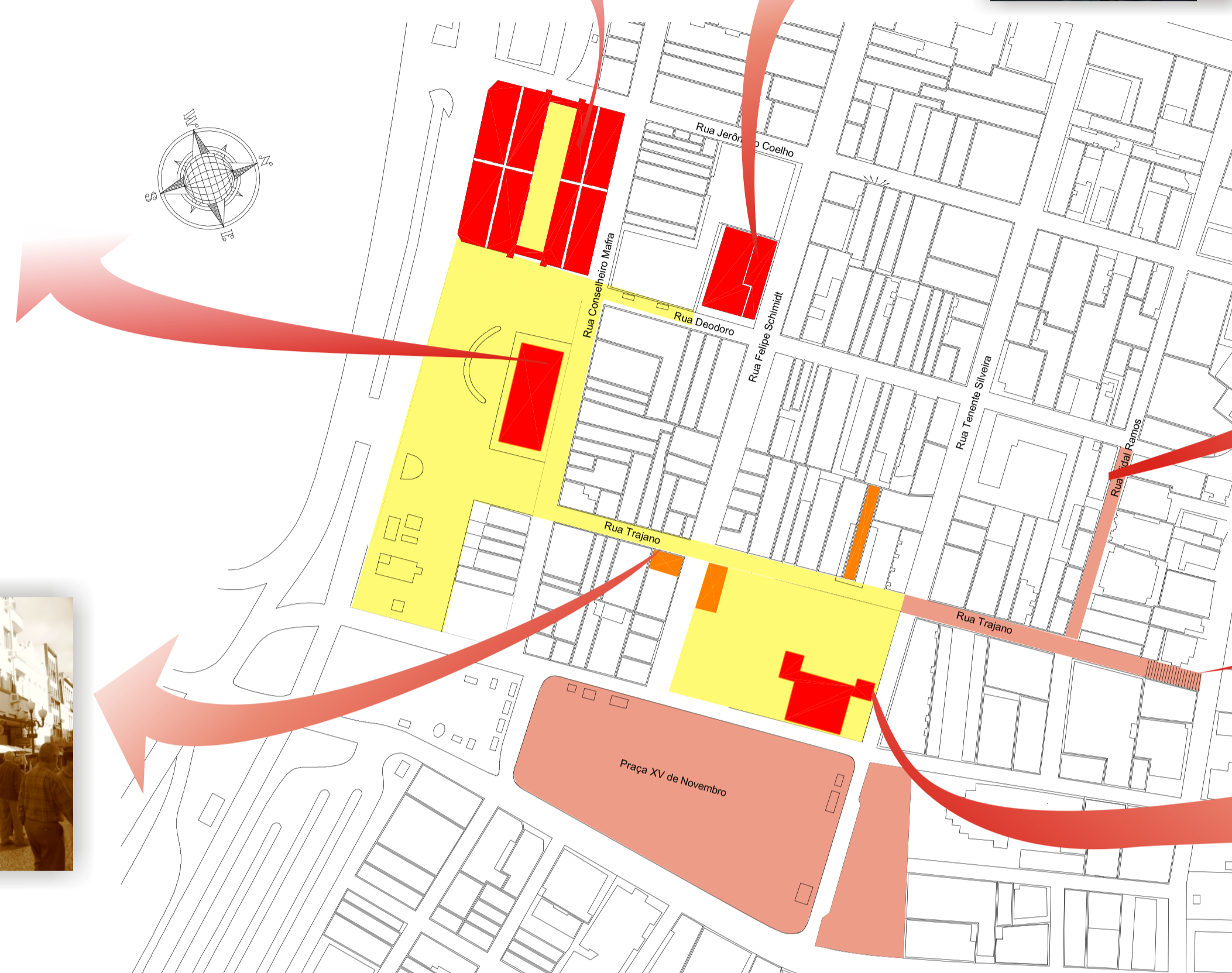
Escadaria do Rosário



Ponto Chic



Palácio Cruz e Sousa



Mapa dos edifícios e espaços públicos - âncora e de interesse da área analisada e "entorno" imediato, nos quais o Estado deve intervir com o objetivo de atrair investimentos do setor privado, desencadeando um processo de revitalização na área Esc 1/2000

Plano de Gestão.

Partindo do princípio que um plano de Gestão seria a referência ou base para o desenvolvimento de um processo de revitalização, será mostrado resumidamente a seguir um modelo de gestão conforme os estudos realizados por Widmer (2003).

Conceito: Conservação integrada do patrimônio cultural = Planejamento Estratégico + Desenvolvimento Sustentável + Conservação do Patrimônio Cultural.

Objetivo: orientar as intervenções nas cidades, minimizando as perdas sociais e vestígios da história, incorporando as exigências atuais de novos usos, funções e atividades, evitando mudanças bruscas e a perda da identidade local.

Pré requisitos para o Planejamento

- Promover a conscientização da sociedade
- Garantir a manutenção e conservação das qualidades e valores da configuração urbana e arquitetônica.
- Assegurar a manutenção do que existe de específico, irreprodutível e não renovável (singularidades da área)
- Incorporar novos objetivos econômicos e sociais
- Elaborar inventários físico-arquitetônicos e de documentação histórica.

A estrutura do modelo:

1. **Criação de um conselho de gestão da área** - composto por entidades representativas da esfera Local, Estatal, Federal e também pública. Este conselho funcionaria como um fórum permanente de discussão, intercâmbio e informação.

Funções:

- coordenação do desenvolvimento das estratégias e do plano de conservação.
- A presidência do Conselho será de competência da administração local, deve atuar de forma deliberativa, mas vinculado à chefia do poder executivo.
- As entidades envolvidas devem estar presentes de forma paritária: 25% esfera governamental, 25% sociedade organizada, 25% proprietários dos imóveis, 25% empresários.

2. **Âmbito Adm. Municipal – Programa de Fortalecimento Institucional**

- Criação de um Grupo de trabalho: constituído por representantes das áreas técnicas dos órgãos que atuam sobre as estruturas ambientais locais.

-Tarefas do grupo:

- * suporte técnico ao conselho de gestão
- *fiscalização
- *organização do processo de monitoramento
- *gerir oficina de mediação

Legenda

- Edifícios âncoras da área
- Edifícios de interesse na área
- Espaços públicos de interesse na área
- Espaços públicos de interesse no entorno da

3. **Âmbito público: Oficina de Mediação** – técnicos do grupo de trabalho, subordinada ao conselho de gestão

Funções:

- garantir a comunicação entre os atores usuários da área
- espaço de negociação entre os agentes envolvidos
- espaço de manifestação dos cidadãos
- promover a conscientização e inclusão dos usuários.

Condições para implementação do Plano

- Intervenções Urbanas realizadas na área pelo Estado com objetivo de incentivar futuros investimentos do setor privado (ver mapa ao lado com os espaços potenciais da área).
- Base legal (leis) : Plano Diretor, Estatuto da Cidade.
- Recursos Necessários e cronograma de implementação definidos pelo conselho juntamente com a administração local.

Lazer Urbano no Centro Histórico de Florianópolis: requalificação dos jardins do Palácio Cruz e Sousa

